



**LEI Nº 2017/2025, DE 29/12/2025**

"Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2026."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSA TEMPO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

**Título I**

**Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º.** Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Passa Tempo, para o exercício financeiro de 2026, no montante de R\$ 69.340.000,00 (sessenta e nove milhões, trezentos e quarenta mil reais), compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição Federal:

I - O Orçamento Fiscal da administração direta e indireta e seus fundos, mantidos pelo Poder Público; e

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados.

**Título II**

**Do Orçamento**

**Capítulo I**

**Da Estimativa da Receita**

**Art. 2º.** A receita orçamentária, a preços correntes e conforme legislação tributária vigente, é estimada em R\$ 69.340.000,00 (sessenta e nove milhões, trezentos e quarenta mil reais), na forma detalhada nos anexos que compõem esta Lei, com observância do art. 5º, incisos I e III, §§ 1º, 4º e 5º, da lei complementar 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

I - Orçamento fiscal, no valor de R\$ 59.843.000,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e três mil reais); e

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 9.497.000,00 (nove milhões, quatrocentos e noventa e sete mil reais).

**Art. 3º.** As receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos.







**Art. 4º.** A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante dos Anexos desta Lei.

## Capítulo II

### Da Fixação da Despesa

**I** - Orçamento fiscal, no valor de R\$ 59.843.000,00 (cinquenta e nove milhões oitocentos e quarenta e três mil reais); e

**II** - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 9.497.000,00 (nove milhões quatrocentos e noventa e sete mil reais);

**§ 1º.** Do montante fixado para o orçamento fiscal, conforme inciso I, o valor de R\$ 1.211.952,01 (um milhão duzentos e onze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e um centavo) é destinado para reserva de contingência.

**§ 2º.** Do montante fixado para o orçamento da seguridade social, conforme inciso II, o valor de R\$ 715.000,00 (setecentos e quinze mil reais) é destinado para reserva financeira do RPPS.

## Capítulo III

### Da Alteração Orçamentária

**Art. 6º.** Fica o Executivo Municipal, nos termos da lei nº 1.972, de 02 de julho de 2025, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada, com utilização dos recursos previstos no art. 43, § 1º, inciso III, da lei 4.320/64.

**Parágrafo único.** Na abertura dos créditos suplementares, autorizados no *caput*, poderá o Executivo Municipal incluir modalidade de aplicação, elementos de despesas e fontes de recursos, nas ações constantes na lei orçamentária anual.

**Art. 7º.** Além do limite estabelecido no artigo 6º desta Lei, nos termos lei nº 1.972, de 02 de julho de 2025, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, fica o Executivo Municipal também autorizado a abrir créditos adicionais em valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:

**I** - 15% (quinze por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e







PREFEITURA  
**PASSA TEMPO**  
GESTÃO, TRABALHO E RESULTADO. ADM 2025/2028

**II - 10%** (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

**Parágrafo único.** Na abertura dos créditos suplementares, autorizados no *caput*, poderá o Executivo Municipal incluir modalidade de aplicação, elementos de despesas e fontes de recursos, nas ações constantes na lei orçamentária anual.

### **Título III**

#### **Das Disposições Finais**

**Art. 8º.** Acompanham a presente lei, além dos previstos na lei 4.320/64, os seguintes anexos:

**I -** Anexos I e II, modelo do Tribunal de Contas do Estado, que tratam da aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino;

**II -** Anexo III, modelo do Tribunal de Contas do Estado, que trata da aplicação no fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação – FUNDEB;

**III -** Anexos XIV e XV, modelo do Tribunal de Contas do Estado, que tratam da aplicação de recursos nas ações de saúde; e

**IV -** Demonstrativo dos gastos com pessoal;

**Art. 9º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar operações de crédito, nos termos de lei específica, conforme preceitua o artigo 165, § 8º da Constituição Federal.

**Art. 10.** Entra esta Lei em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Passa Tempo, 29 de dezembro de 2025.

**Juscelino Rocha**

**Prefeito Municipal**

